



CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000

FONE (44) 3245-1545

CNPJ 77.643.443/0001-25

www.mandaguacu.pr.leg.br

contato@mandaguacu.pr.leg.br

ASSUNTO: Solicitação de liberação de cursos de capacitação.

Senhor Presidente,

Venho solicitar a liberação de curso de capacitação, conforme Portaria 15/2019 desta Câmara Municipal.

Segue descrição sucinta do evento:

- XXX SECOFEM Presencial São Paulo

Valor do curso: GRATUITO

Data do curso: 24 a 28 de março de 2025

Cidade: São Paulo

Promovido por: TESOIRO NACIONAL E COSELHO
FEDERAL DE CONTABILIDADE

Peço o deferimento do pedido para dar seguimento aos processos de compra de passagens e liberação de diárias. O Curso é inteiramente gratuito por se tratar de escolas de governo. Em anexo, segue edital do mesmo.

Atenciosamente,


Micheli Fabiane Molonha

ATENDA-SE NA FORMA SOLICITADA
MANDAGUAÇU PR 25 / 02 / 25

XXX Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios

Secofem – São Paulo

De 24 a 28 de março de 2025

EDITAL 2025

Presencial

1. OBJETIVO.

Atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em Demonstrativos Fiscais e outros assuntos afins no âmbito estadual e municipal, por meio de discussão e disseminação dos aspectos mais relevantes aos temas expostos, tais como o uso da Informação de Custos, Operações de Crédito, Transferências Voluntárias, Convergências aos Padrões Internacionais da Contabilidade Pública, Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, Matriz de Saldos Contábeis, entre outros.

2. METODOLOGIA.

Palestras, debates e aulas expositivas abertas a discussões e perguntas.

3. PÚBLICO-ALVO.

Servidores e/ou Gestores Públicos dos estados, municípios e Tribunais de Contas que atuem em rotinas de Contabilidade e Responsabilidade Fiscal; profissionais que utilizam a contabilidade aplicada ao setor público, além de Governadores, Prefeitos, Controladores, Secretários, Procuradores, Conselheiros de Tribunais de Contas e demais autoridades interessadas, bem como os gestores envolvidos na temática.

4. ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E APOIO:

4.1 - ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO

- Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
- Conselho Federal de Contabilidade – CFC; e
- Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRCSP.

4.2 - APOIO

- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP;
- Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM-SP; e
- Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo – SEFAZ-SP.

5. PERÍODO E LOCAL.

Este edital refere-se somente à XXX Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios - Secofem, a se realizar em São Paulo, conforme quadro I, abaixo.

No período da manhã do dia 24 de março de 2025, será realizada a abertura mediante palestras temáticas com o encontro de autoridades e gestores.

QUADRO I

EVENTO	CIDADE/UF	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	Nº DE VAGAS
XXX SECOFEM	São Paulo	De 24 a 28 de março de 2025	FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – Campus Liberdade	1200

Nota: O local de realização poderá sofrer alterações a critério dos organizadores.

Local da abertura e realização: FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – Campus Liberdade. CEP 01502-001 - São Paulo – SP.

Abertura: FECAP – Avenida da Liberdade, 532 - Teatro – Bloco E – Liberdade.

Local das oficinas: FECAP - Avenida da Liberdade, 532, Bloco C – Liberdade.

Sala de apoio e organização: Salas Bloco C: 131, 200 (laboratório), 231, 233, 234, 332, 333, 334, 531, 532, 533, 534.

6. INSCRIÇÃO.

O processo de inscrição será realizado pelo Sistema de Eventos do CFC, por meio de *login* e senha, no endereço: <https://www2.cfc.org.br/sisweb/sgewebsgi/>.

O período das inscrições será de 10 a 12 de fevereiro de 2025, ou até enquanto houver vagas.

Antes da realização da inscrição, solicitamos ao participante a conferência de seus dados no cadastro.

O participante com pleno domínio de seus direitos, ao se inscrever, consente no tratamento de seus dados, o que inclui toda operação realizada com dados pessoais: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração (Lei nº 13.709/2018 - LGPD).

O participante deverá inscrever-se em, no mínimo, 35 horas de módulos de curso, completando uma semana de treinamento, não podendo haver a inscrição parcial dos módulos; e terá direito a, no máximo, uma falta de 4 horas.

Caso ocorra atraso superior a 30 (trinta) minutos, a cada módulo do curso, o participante poderá perder o módulo escolhido na inscrição e ser encaixado noutro módulo.

Em não havendo a realização do evento, o participante não terá direito a reembolso de despesas com diárias, passagens ou quaisquer outras que porventura alegar.

Atenção! Se o participante se inscrever e por qualquer motivo não puder comparecer, deverá cancelar sua inscrição até 10 dias antes do evento.

7. TAXA DE PARTICIPAÇÃO.

Gratuito – Para todos os inscritos no evento.

8. MATERIAL DIDÁTICO.

Não haverá fornecimento de cópias impressas ou digitais das apresentações utilizadas nos módulos nem material para fazer anotações.

As apresentações estarão disponibilizadas no sítio da STN no endereço: Secofem — Tesouro Nacional (www.gov.br).

9. PROGRAMAÇÃO.

O horário de início e término da Secofem pode variar de acordo com a realidade da localidade onde será realizado o evento.

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
24 de março	25 de março	26 de março	27 de março	28 de março
Credenciamento Das 8h às 9h Abertura e Palestra Das 9h às 11h30	Das 8h às 12h	Das 8h às 12h	Das 8h às 12h	Das 8h às 12h
Das 13h às 17h	Das 13h às 17h	Das 13h às 17h	Das 13h às 17h	Retorno

Notas:

- Horário de Brasília.
- Nº total de horas de treinamento: 35 horas.

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO: Dia 24 de março
Das 8h às 9h	Credenciamento
Das 9h às 10h	Mesa de Abertura
Das 10h às 11h30	Palestra Magna - IA Generativa: Transformando o Futuro da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
ALMOÇO	
Das 13h às 17h	Oficinas

10. MÓDULOS OFERTADOS NA SECOFEM.

A matriz da XXX Secofem – São Paulo é composta por 33 (trinta e três) módulos, conforme Quadro II, que será disponibilizada no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional **Secofem – Tesouro Nacional (www.gov.br)**.

A organização do evento poderá cancelar módulo(s), caso o número de participantes não atinja o mínimo necessário de 10 (dez).

QUADRO II

Nº	MÓDULOS	Carga Horária
1	Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO.	4h
2	PCO - Fontes ou Destinação de Recursos e Transferências da União.	4h
3	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.	4h
4	Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) – I.	4h
5	Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) – II.	4h
6	MCASP Alterações 2025 com foco em Benefícios Sociais e Instrumentos Financeiros.	4h
7	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP.	4h
8	Notas Explicativas.	4h
9	Princípios de Auditoria Financeira e sua Aplicação tendo como Critérios as Normas Contábeis e Fiscais Brasileiras.	4h
10	Contabilização do RPPS.	4h
11	Procedimentos Contábeis Específicos - Consórcios Públicos.	4h
12	NBC TSP Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Panorama Geral e Elementos das Demonstrações Contábeis.	4h
13	Custos de Empréstimos e Operações de Crédito.	4h

14	Padrões Contábeis Internacionais Aplicados ao Setor Público.	4h
15	Demonstrativos Fiscais com Foco em Mapeamentos.	4h
16	Despesa com Pessoal.	4h
17	Dívida Pública e Resultados Fiscais.	4h
18	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS - Partes I e II (4h cada parte).	8h
19	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE - Partes I e II (4h cada parte).	8h
20	SICONFI e a Matriz de Saldos Contábeis – MSC.	4h
21	<i>Ranking</i> da Qualidade Informação Contábil e Fiscal e utilização de dados do Siconfi.	4h
22	CAUC – Facilitando a Celebração de Convênios.	4h
23	SADIPEM: Contratação e Regularização de Operações de Crédito.	4h
24	SPREV – A Supervisão e Controle nos Regimes Próprios de Previdência - RPPS por intermédio da Contabilidade.	4h
25	Transferências Discricionárias da União – Normas e Informações Gerais.	4h
26	Custos no Setor Público (NBC TSP 34) e Sistema de Custos do Governo Federal.	4h
27	Licitações e Contratos Administrativos à luz da Nova Lei – Aspectos Básicos Gerais	4h
28	Tópicos Contemporâneos de Planejamento Governamental.	4h
29	Execução Orçamentária e Financeira.	4h
30	Análise das Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público.	4h
31	Concessões e Parcerias Público Privadas: Aspectos jurídicos e institucionais	4h
32	EFD - Reinf com Foco nas Retenções da IN RFB nº 1234/2012.	4h
33	Investimentos Permanentes.	4h

11. CERTIFICADOS.

Os certificados serão emitidos on-line, 5 (cinco) dias úteis após o término do evento, conforme item 6. INSCRIÇÃO.

No verso do certificado será mencionada a presença na Palestra de Abertura e a referida Semana Contábil e Fiscal para estados e municípios, constando a relação detalhada de módulos frequentados e respectiva carga horária (CH).

Com relação à frequência dos participantes, o registro será realizado na primeira meia hora de aula de cada período, podendo também ser realizado um segundo registro ao final do módulo, a critério da organização.

12. EMENTAS DOS MÓDULOS.

Módulo 1 – Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO.		4h
Conteúdo: 1. Receita Orçamentária: Classificação, Registro e Demais Procedimentos; e 2. Despesa Orçamentária: Classificação, Etapas, Restos a Pagar e Demais Procedimentos.		
Material de Estudo	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição - Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO. sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9 ID PUBLICACAO:51045	

Módulo 2 – PCO - Fontes ou Destinação de Recursos e Transferências da União.		4h
PCO – Procedimentos Contábeis Orçamentários. Conteúdo: 1. Classificação por Fontes ou Destinação de Recursos: Aspectos Conceituais e Normativos Relacionados: Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23/2/2021; Portaria STN nº 710, de 25/2/2021. Classificação por Fontes ou Destinação de Recursos: Nova Estrutura de Codificação Padronizada e Mecanismo de Funcionamento; Dúvidas Frequentes; e 2. Registros Orçamentários Relacionados às Transferências de Recursos da União.		
Material de Estudo	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição - Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO - sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9 ID PUBLICACAO:51045 e Notas Técnicas recentes publicadas pela STN.	

Módulo 3 – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.		4h
Conteúdo: 1. Aspectos Gerais do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; Registro Contábil; 2. Estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; e 3. Consolidação.		
Material de Estudo	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição – Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP. sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9 ID PUBLICACAO:51045	

Módulo 4 – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) – I.		4h
Conteúdo: 1. Mensuração de Ativos 2. Ativo Imobilizado; 3. Ativo Intangível; 4. Depreciação, Amortização e Exaustão; 5. Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável		
Material de Estudo	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição - Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP. sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9 ID PUBLICACAO:51045	

Módulo 5 – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) – II.		4h
Conteúdo: 1. Caixa e Equivalentes de Caixa; 2. Propriedade para Investimento; 3. Estoques; 4. Receita de Transação sem Contraprestação; 5. Receita de Transação com Contraprestação; 6. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; 7. Reflexo Patrimonial das Despesas de Exercícios Anteriores.		
Material de Estudo	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição - Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP. sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9 ID PUBLICACAO:51045	
Módulo 6 – MCASP 2025 - Principais alterações com foco em Benefícios Sociais e Instrumentos Financeiros.		4h
Conteúdo: 1. Instrumentos Financeiros – Novo Capítulo; 2. Benefícios Sociais – Novo Capítulo; e 3. Síntese de alterações.		
Material de Estudo	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição. sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9 ID PUBLICACAO:51045	

Módulo 7 – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP.		4h
Conteúdo: 1. Introdução; 2. Análise de Balancete e Principais Indicadores de Análise dos Demonstrativos; 3. Balanço Orçamentário; 4. Balanço Financeiro; 5. Demonstração das Variações Patrimoniais; 6. Balanço Patrimonial; 7. Demonstração dos Fluxos de Caixa; 8. Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido; e 9. Consolidação das Demonstrações Contábeis.		
Material de Estudo	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9 ID PUBLICACAO:51045	

Módulo 8 – Notas Explicativas.		4h
Conteúdo: 1. Fundamentos Teóricos e Normativos; 2. Estratégias de Divulgação; e 3. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.		
Material de Estudo	• CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T SP. Disponível em:	

	https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf. • IPSASB - International Public Sector Accounting Standards Board. Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements. 2022 Edition. Volumes I, II and III. Disponível em: https://www.ipsasb.org/publications/2022-handbook-international-publicsector-accounting-pronouncements. • STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª Edição. Brasília: STN, 2021. Disponível em: sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045
--	---

Módulo 9 – Princípios de Auditoria Financeira e sua Aplicação, tendo como Critérios as Normas Contábeis e Fiscais Brasileiras.

4h

Conteúdo:

1. Introdução à Auditoria Financeira no Setor Público: Importância e Benefícios da Auditoria Financeira em Ambiente Governamental; Competência dos Tribunais De Contas;
2. Para a Realização de Auditorias Financeiras; Conceito e Objetivo segundo a ISSAI 200; Asseguração Razoável e Limitada; Três Partes do Processo de Auditoria; Critérios; Afirmações em Demonstrações Financeiras; Distorções e Comunicação Tempestiva.
3. Normas e padrões gerais: Normas da INTOSSAI (ISSAI 200, ISSAI 2.000 e GUID 2.900); Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP; NBC TASP (Resolução CFC 1.601/20);
4. Planejamento da Auditoria: Análise Preliminar do Objeto de Auditoria (Obtenção de Entendimento da Entidade Auditada: Níveis Geral/das demonstrações e Específico/das Afirmações); Identificação dos Critérios (NBC TSP, MCASP, MDF, Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00 e outras); Definição da Materialidade; Estratégia Global e Plano de Auditoria; Risco Inerente, Risco de Controle, Risco de Distorção Relevante (Risco Residual) e Risco de Detecção; Identificação dos Riscos de Distorção Relevante (sugerido passo a passo); Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante; Estabelecendo Procedimentos em Respostas aos Riscos (Matriz de Planejamento);
5. Execução da Auditoria: Componentes do Achado; Testes Substantivos e de Controle; Técnicas de Auditoria; Principais Técnicas Utilizadas em Auditoria Financeira; Evidências de Auditoria; Causas; Efeitos; Encaminhamentos e Matriz de Achados; e
6. Padrões de Relatórios: Tipos de Opinião de Auditoria (Não Modificada e Modificada); Avaliação dos Efeitos das Distorções não Corrigidas; Aspectos Gerais do Relatório de Auditoria; Estrutura e Conteúdo.

Material de Estudo

NBC TASP (emitidas pelo CFC e recepcionadas no setor público pela Resolução CFC nº 1.601/20).

Módulo 10 – Contabilização dos RPPS.

4h

Conteúdo:

1. Aspecto Normativo e Conceitual:

Apresentação dos Principais Aspectos Normativos e Conceituais Inerentes à Contabilidade da Unidade Gestora do RPPS.

- a. NBC TSP 15 e a IPC 14;
- b. Legislação Brasileira Aplicável;
- c. Aspectos Conceituais dos RPPSs; e

2. Tratamento Contábil dos Ativos e Passivos do RPPS:

Apresentação das Principais Regras e Rotinas Contábeis Quanto à Gestão dos Ativos e Passivos e Reconhecimento das Receitas e Despesas Orçamentárias no RPPS.

- a. Caixa e Equivalente a Caixa;
- b. Investimentos;
- c. Créditos a Receber;
- d. Benefícios a Pagar;
- e. Cobertura do Déficit;
- f. Provisões Matemáticas; e
- g. Taxa de Administração.

Material de Estudo	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição - Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos; sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045 e IPC 14: Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPSs.
---------------------------	---

Módulo 11 – Procedimentos Contábeis Específicos - Consórcios Públicos.	4h
---	-----------

Conteúdo:

Fundamentos Fiscais e de Contabilidade Aplicada ao Setor Público dos Consórcios Públicos.

1. Aspectos Legais e Regulamentares sobre os Consórcios Públicos;
2. Legislação Aplicável;
3. A Responsabilidade Fiscal na Gestão Associada;
4. Procedimentos Contábeis Orçamentários e Patrimoniais dos Entes Consorciados; e
5. Prestação de Contas. Penalidades e Prazos.

Material de Estudo	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição – Parte III e Portaria nº 72, de 1º de fevereiro de 2012. sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045
---------------------------	--

Módulo 12 – NBC TSP – Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Panorama Geral e Elementos das Demonstrações Contábeis.	4h
--	-----------

Conteúdo:

1. Contextualização e Histórico.
 - a. Sob a Ótica do IPSASB/IFAC;
 - b. Sob a Ótica da Estratégia do Processo de Convergência no Brasil (CFC/STN);
 - c. Revogação dos Princípios de Contabilidade (Resolução CFC nº 750/93) e das NBC T 16.1 a 16.5; e
 - d. Impacto da Norma sob o Ponto de Vista Operacional.
2. Aspectos Introdutórios e Gerais.
 - a. Função, Autoridade e Alcance;
 - b. Conceito de Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) e o caso brasileiro;
 - c. Relacionamento com os Demonstrativos Fiscais e com as Estatísticas de Finanças Públicas;
 - d. Continuidade das Entidades do Setor Público e Natureza de seus Ativos e passivos; e
 - e. Objetivos e Usuários da Informação Contábil.
3. As Características Qualitativas e a Evidenciação da Informação Contábil.
 - a. Características qualitativas e suas restrições;
 - b. Entidade que reporta a informação contábil; e

Apresentação das Informações nos RCPGs (Seleção, Localização e Organização).

4. Reconhecimento e mensuração dos elementos das Demonstrações Contábeis
 - a. Elementos e sua Conceituação (Ativo, Passivo, Receita, Despesa, Contribuições e Distribuições Proprietárias e outros Recursos e Obrigações); e
 - b. Reconhecimento e Desreconhecimento.
5. Mensuração dos Elementos (Conceitos, Objetivos, Bases em Valores de Entrada e Saída, Incerteza quanto à Mensuração).
6. Conceitos
 - a. Definição de elemento;
 - b. Ativo;
 - c. Passivo;
 - d. Situação Patrimonial Líquida
 - e. Receita e Despesa;
 - f. Superávit ou Déficit;
 - g. Contribuições dos Proprietários e Distribuições dos Proprietários; e
 - h. Outros Recursos e Outras Obrigações.
7. Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis
 - a. Critérios de reconhecimento;
 - b. Incerteza quanto à mensuração;
 - c. Evidenciação e reconhecimento; e
8. Desreconhecimento.

Conteúdo:

1. Aspectos Normativos e Conceituais das Operações de Crédito.
 - 1.1. Aspectos Normativos;
 - 1.2. Aspectos Conceituais; e
 - 1.3. Operações Vedadas.
2. Tipos de Operações de Créditos:
 - 2.1. Aquisição Financiada de Bens;
 - 2.2. Arrendamento Mercantil;
 - 2.3. Mútuo Financeiro; e
 - 2.4. Derivativos Financeiros.
3. Aspectos Contábeis Envolvendo as Operações de Crédito.
4. Custos dos Empréstimos:
 - 4.1. Definições; e
 - 4.2. Reconhecimento.
 - 4.2.1 Tratamento Padrão, e
 - 4.2.2 Tratamento Alternativo.

Material de Estudo

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição - Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP.
sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 14 – Padrões Contábeis Internacionais Aplicados ao Setor Público.

4h

Conteúdo:

1. Breve Histórico sobre a Normatização Internacional;
2. Harmonização x Padronização;
 - Processo de Convergência da Contabilidade Pública Brasileira aos Padrões Contábeis Internacionais;
3. Conhecendo a Produção internacional de Normas;
4. Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público;
5. Visão Geral da Estrutura das IPSAS;
6. Visão Geral das Normas Convergadas no Brasil – NBC TSP;
7. Contexto Normativo no Brasil (NBC TSP, MCASP, Legislações Nacionais);
8. Desafios e Pontos de Atenção na Implementação; e
9. Processo Atual da Convergência, e Próximos Passos.

Material de Estudo

Bibliografia Básica:

- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T SP. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. NBC TSP – do Setor Público. <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>
- IPSASB - International Public Sector Accounting Standards Board. Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements. 2022 Edition Volumes I, II and III. Disponível em:

STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL STN. Manual de Contabilidade

	sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9 ID PUBLICACAO:51045 Bibliografia Complementar • International Public Sector Accounting Standards Board. • CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Comitê Permanente para Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CP CASP). https://cfc.org.br/cp-casp/
--	--

Módulo 15 – Demonstrativos Fiscais com foco em Mapeamentos.		4h
Conteúdo: 1. Aspectos Introdutórios: Histórico dos Mapeamentos dos Demonstrativos Fiscais, Premissas Utilizadas para a Construção, Geração de Rascunho e Homologação das Informações, Principais Classificadores Orçamentários e Contábeis Utilizados. 2. Apresentação dos Mapeamentos dos Demonstrativos que compõem o RREO e RGF (com exceção daqueles já abordados em Módulos Específicos).		
Material de Estudo	Manual de Demonstrativos Fiscais (13ª ed.), com foco nos seguintes anexos: Mapeamentos – Parte III – RREO e Mapeamentos – Parte IV – RGF.	

Módulo 16 – Despesa com Pessoal.		4h
Conteúdo: 1. Demonstrativo da Despesa de Pessoal: Conceito de Despesa com Pessoal, Despesas Deduzidas; Alterações Promovidas pela LC nº 178/2021 e Legislações Posteriores; Instruções de Preenchimento, incluindo Análise do Mapeamento.		
Material de Estudo	Manual de Demonstrativos Fiscais.	

Módulo 17 – Dívida Pública e Resultados Fiscais.		4h
Conteúdo: 1. Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal; e 2. Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.		
Material de Estudo	Manual de Demonstrativos Fiscais.	

Módulo 18 – Saúde - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS - Parte I e II.		8h
--	--	----

Conteúdo: 1. O Sistema SIOPS; 2. Conceitos aplicados às Despesas com Ações e Serviços Públicos em Saúde – ASPS; 3. Orientações sobre o Preenchimento do Sistema; 4. Penalidades Impostas pela LC nº 141/2012; 5. Módulo de Monitoramento das Transferências Constitucionais – MMTc; 6. Módulo de Controle Externo – MCE; 7. Elaboração do Demonstrativo de Despesas com ASPS – Anexo 12 do RREO; e 8. Demais Relatórios do SIOPS.	
Material de Estudo	Manual de Demonstrativos Fiscais.

Módulo 19 – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE – Parte I e II.		8h
Conteúdo: 1. O Sistema SIOPE; – Conceitos Aplicados às Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino MDE; 2. Elaboração do Demonstrativo de Despesas com MDE – Anexo 8 do RREO; e 3. Demais Relatórios do SIOPE.		
Material de Estudo	Manual de Demonstrativos Fiscais.	

Módulo 20 – SICONFI e a Matriz de Saldos Contábeis – MSC.		4h
Conteúdo: 1. Siconfi: a) Informações recebidas no Siconfi; b) Base Legal do Siconfi; e c) Itens do CAUC atualizados pelo Siconfi. 2. Matriz de Saldos Contábeis – MSC: a) Base Legal da MSC; b) Leiaute da MSC; c) Informações que compõem a MSC; e d) MSC Agregada x MSC de Encerramento. 3. Siafic.		
Material de Estudo	Documento sobre a MSC, disponível no <i>site</i> do Siconfi.	

Módulo 21 – <i>Ranking</i> da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal e Utilização de Dados do Siconfi.		4h
--	--	----

Conteúdo: 1. Origem dos Dados; 2. Qualidade dos dados; 3. <i>Ranking</i> da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi; 4. API de Dados Abertos no Siconfi; e 5. Finbra e demais Consultas do Siconfi.	
Material de Estudo	Metodologia disponível na página do <i>Ranking</i> ; e documentação, no sítio do Siconfi.

Módulo 22 – CAUC – Facilitando a Celebração de Convênios.		4h
Conteúdo: 1. Transferências discricionárias da União e sua classificação; 2. Normas relacionadas às transferências discricionárias; 3. Requisitos fiscais para a celebração de convênios e contratos de repasse; 4. Principais funcionalidades do CAUC; e 5. Últimas novidades do CAUC e o que vem por aí!		
Material de Estudo	Norma do CAUC: <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA STN/MF Nº 8, DE 29 DE JANEIRO DE 2025 — Transferegov.br</u> Acesso ao sistema pelo link: http://Siconfi.tesouro.gov.br/cauc.	

Módulo 23 – SADIPEM: contratação e regularização de Operações de Crédito.		4h
Conteúdo: 1. Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL); 2. Atribuições dos agentes e fluxos dos processos na STN; 3. Limites e condições previstos na RSF nº 43/2001; 4. Referências legais: Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e Resoluções do Senado Federal - RSF; 5. Apresentação do Módulo PVL do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM); 6. Apresentação da versão <i>Web</i> do Manual para Instrução de Pleitos (MIP) e suas principais funcionalidades; e 7. Regularização de Operações de Crédito.		
Material de Estudo	Manual para Instrução de Pleitos (MIP).	

Módulo 24 – SPREV – A Supervisão e Controle nos Regimes Próprios de Previdência - RPPS, por Intermédio da Contabilidade.	4h
---	----

Conteúdo: 1. Envio de Informações e Dados Contábeis, Orçamentários e Fiscais Relativas ao RPPS; 2. Sistemas de Informações (Cadprev X Siconfi); Entendendo a Matriz de Saldos Contábeis (MSC) relativo aos RPPS; 3. Tipos de MSCs relativos ao RPPS: Agregada X Encerramento; 4. Critério Contábil para Emissão do CRP; 5. Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis Mensal; 6. Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis de Encerramento (anual); 7. Procedimentos Relativos à Regularização do Critério Contábil para Emissão de CRP; 8. Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS; 9. Qualidade das Informações Contábeis enviadas à SPREV/Cadprev por meio da MSC; e 10. Estudo de Caso Aplicado.	
Material de Estudo	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

Módulo 25 – Transferências Discricionárias da União – Normas e informações Gerais.		4h
Conteúdo: 1. Transferências Discricionárias da União – Normas e Informações Gerais; e 2. Transferências Especiais - Observações Gerais.		
Material de Estudo	• http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm • https://www.gov.br/transferegov/pt-br/legislacao/decretos/decreto-no-11-271-de-5-de-dezembro-de-2022 • https://www.gov.br/transferegov/pt-br/legislacao/portarias/portaria-interministerial-no-424-de-30-de-dezembro-de-2016	

Módulo 26 – Custos no Setor Público (NBC TSP 34) e Sistema de Custos do Governo Federal.		4h
Conteúdo: 1. Apresentação das diretrizes e padrões a serem observados na Implementação do Sistema de Custos no Setor Público, conforme NBC TSP 34; 2. Apresentação do Sistema de Custos do Governo Federal; 3. Discussão sobre critérios para geração da informação de custos como instrumento de governança e gestão pública, com destaque ao importante papel do gestor na adoção efetiva de modelos de gerenciamento de Custos nos Órgãos e Entidades Públicas.		
Material de Estudo	Material de estudo - NBC TSP 34 - Custos no Setor Público.	

Módulo 27 – Licitações e Contratos Administrativos à luz da Nova Lei – Aspectos Técnicos Gerais.		4h
Conteúdo:		

1. Noções Introdutórias – Panorama geral, Abrangência da norma; Repercussões no âmbito das pequenas empresas; Princípios
2. Planejamento Licitatório: Mudanças e Novidades – Plano de Contratações Anual; Estudo técnico preliminar; Termo Referencia
3. Fase Interna: agente contratação, modalidades licitatórias; critérios de julgamento; edital Inovações no âmbito das contratações diretas
4. Fase Externa: julgamento das propostas; habilitação; alocação de riscos; modo de disputas
5. Contratos Administrativos: aspectos gerais

Material de Estudo

Bibliografia primária:

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 25. ed. São Paulo: RT, 2023

JACOBY, Jorge Ulisses; FERNANDES, Ana Luiza Jacoby. Lei n 167 14.133/2021 , 2ª edição, Editora Fórum;2022

NOHARA, Irene Patrícia Diom. Nova lei de licitações e contratos comparada. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

RODRIGUES, Rodrigo Bordalo. Nova lei de licitações e contratos administrativos: principais mudanças. São Paulo: Expressa, 2021.

Bibliografia secundária.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para contratação e fiscalização de obras públicas. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2002.

_____. Tribunal de Contas da União. Licitações e Contratos: Orientações básicas. 3. ed. rev. atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2006.

_____. Portal de pesquisa textual [Decisões e Acórdãos do TCU]. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br>>. Acesso em: 8 out 2003.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação direta sem licitação. 5. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

_____. Sistema de registro de preços e pregão. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos: teoria, prática e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2001.

JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários ao RDC. 6. ed. São Paulo: Dialética, 2013.

_____. Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico. 6. ed. São Paulo: Dialética, 2013.

MIZIARA, Raphael. Primeiros comentários aos principais impactos da nova lei de licitações e contratos administrativos no direito e no processo do trabalho. Revista dos Tribunais, [S.l.], v. 1028, jun 2021. Disponível em: <https://revistadostribunais.com.br/maf/app/authentication/formLogin>. Acesso em: 20 maio 2021.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 9. ed. atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

MACHADO JR., J. Teixeira e REIS, Heraldo da Costa. A Lei nº 4.320 Comentada. 30 ed. IBAM, 2001. L

Módulo 28 – Tópicos Contemporâneos de Planejamento Governamental.		4h
Conteúdo: discussão prática e aplicada sobre os Instrumentos de Planejamento em vigor no Brasil. Conteúdo: 1. Relacionamento entre os Instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e LOA; 2. Planejamento Fiscal, por resultados, orçamentário; 3. Discussão sobre a Elaboração dos Planos (Fluxos e Conteúdo Legal Mínimo); 4. Discutindo Fontes de Informação; 5. Monitoramento e Acompanhamento; Alterações dos Instrumentos; e 6. Tópicos Específicos - Fiscalização Externa e Controle; Participação Social; Boas Práticas e Pontos de Atenção.		
Material de Estudo	Bibliografia Básica • STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª. Edição. Brasília: STN, 2021. Disponível: sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045 • Ministério do Planejamento e Orçamento. Manual Técnico do Orçamento. Disponível em: https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php. Bibliografia Complementar • GIACOMONI, James. Orçamento Público, 18ª edição. São Paulo: Grupo Gen Atlas, 2021. • KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública - Teoria e Prática, 15ª edição. São Paulo: Grupo Gen Atlas, 2016. • LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. 2ª ed. São Paulo: Grupo Gen Atlas, 2022. • TCESP. Manual de Planejamento Público. Disponível em: https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-planejamento-publico.	

Módulo 29 – Execução Orçamentária e Financeira.		4h
Conteúdo: 1. Fluxo de Gestão Orçamentária e Financeira; 2. Instrumentos de Planejamento: PPA, LDO e LOA; 3. Execução da Receita Orçamentária; 4. Execução da Despesa Orçamentária; e 5. Procedimentos de Controle.		
Material de Estudo	Bibliografia Básica: • STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª. Edição. Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045 • Notas Técnicas e Portarias publicadas pela STN e SOF.	

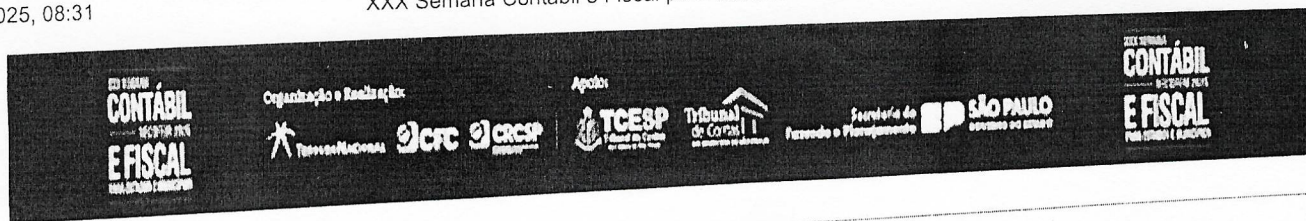
Módulo 30 – Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.		4h
Conteúdo: 1. Relatórios Contábeis de Propósito Geral – RCPG; 2. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP; 3. Estrutura e Conteúdo; 4. Técnicas e Indicadores para análise; 5. Demonstração das Variações Patrimoniais; 6. Balanço Patrimonial; 7. Demonstração do Fluxo de Caixa; 8. Balanço Orçamentário; e 9. Notas Explicativas.		
Material de Estudo	Bibliografia Básica: • STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª. Edição. Parte V- Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:5104_5 • Instrução de Procedimentos Contábeis -STN; e • Assaf Neto, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. (2020). (12a ed). São Paulo, SP: Editora Atlas.	

Módulo 31 – Concessões e Parcerias Público Privadas: Aspectos jurídicos e institucionais		4h
Conteúdo: 1. O proposto é compreender como o conceito de “serviço público” e sua definição jurídica pressupõem, em nível lógico e cronológico, os diferentes modelos de Estado no século XX e XXI. Em sentido convergente, destacaremos as diferentes modalidades de prestação de serviços públicos e, ainda, sua centralidade na ordem constitucional brasileira. 2. Procurar-se-á destacar, sobretudo, a tendência empiricamente constatável que aponta para uma participação cada vez mais significativa da iniciativa privada na prestação de serviços públicos mediante delegação, tendência justificada pela crise do investimento estatal, pelo princípio da subsidiariedade do Estado e por matrizes econômicas, sem prejuízo de possíveis críticas, que também serão discutidas. Pretende-se, nesse sentido, estimular o debate qualificado sobre um tema bastante sensível e complexo, de ampla repercussão social e política. 3. Pretende-se que os ouvintes consigam compreender: 1. o modelo de Estado proposto pelas sucessivas ondas de reforma; 2. a distinção entre serviço público e atividade econômica em sentido estrito; 3. os fundamentos jurídicos das concessões e PPPs; 4. as hipóteses de extinção antes do advento do termo, prorrogação, relicitação dos contratos e o reequilíbrio econômico-financeiro.		
Material de Estudo	Bibliografia primária. BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Presidência da República, 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm. BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Presidência da República	

	2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm SÃO PAULO (Município). Lei nº 17.731, de 6 de janeiro de 2022. Prefeitura do Município de São Paulo, 2022. Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17731-de-6-de-janeiro-de-2022 SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.703, de 4 de outubro de 2017. Prefeitura do Município de São Paulo, 2017. Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16703-de-04-de-outubro-de-2017 Bibliografia secundária. COUTINHO, Diogo R. Direito e economia política na regulação de serviços públicos. São Paulo: Saraiva, 2017. MOREIRA, Egon Bockmann. Direito das concessões de serviço público. Belo Horizonte: Fórum, 2024. ISSA; JURKSAITIS; TAFUR (Coord.) Experiências práticas em Concessões e PPP (Volume I e II). São Paulo: Quartier Latin, 2019. HUNGARO, Luis Alberto. Parceria Público-Privada municipal. São Paulo: Lumen Juris, 2020.
--	---

Módulo 32 – EFD – Reinf com foco nas Retenções da IN RFB nº 1234/2012.		4h
Conteúdo: - Aspectos Introdutórios: Conceitos Básicos da EFD – Reinf, Obrigatoriedade do Envio, Procedimentos para o Envio. - Transmissão: Eventos Relativos ao INSS, Informações a Serem Enviadas, Exemplos Práticos, DCTFWeb e GFIP. - Transmissão: Eventos Relativos ao IR com ênfase na IN RFB nº 1.234/2012, Informações a serem enviadas, Exemplos Práticos, DCTFWeb e DIRF.		
Material de Estudo	Bibliografia Básica: Manual de orientação dos usuários da EFD – Reinf, IN RFB nº 1.234/2012.	

Módulo 33 – Investimentos Permanentes.		4h
Conteúdo: - Definições; - Procedimentos: Particularidades da Legislação; - Consolidação: Regras Gerais; - Reflexos Fiscais (ex. alienação de ativos); e - Práticas de Auditoria Financeira.		
Material de Estudo	Bibliografia Básica: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição. sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACA_O:51045	



Pré-credenciamento realizado com sucesso. Clique no botão abaixo para imprimir!

IMPORTANTE: A apresentação deste documento é necessária para realizar o seu credenciamento no local do evento.

Inscrição: E39KSG

Situação Gratuita

Nome: Micheli Fabiane Molonha

Crachá: Micheli

CPF: 039.479.859-75

Data do Evento: 24 a 28 de março de 2025

Local do Evento: FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - Campus Liberdade - São Paulo/SP, São Paulo - SP

**CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU****ESTADO DO PARANÁ**

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA - SL 08 CEP 87160-266
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25
www.mandaguacu.pr.leg.br contato@mandaguacu.pr.leg.br

Mandaguáçu PR, 19 de março de 2025.

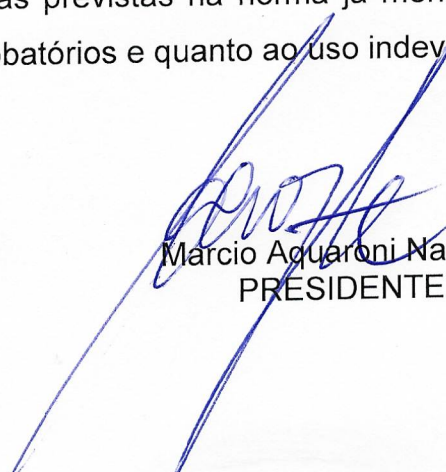
Assunto: Requerimento nº 009/2025 de 19 de março de 2025 –

Diárias: 05 (cinco) diárias e meia (R\$ 4.687,65) para despesas de viagem a cidade de São Paulo SP para participação no XXX Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios – SECOFEM – Presencial – São Paulo, que será realizada de 24 a 28 de março de 2025, promovido pelo TESOIRO NACIONAL E CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, conforme Edital anexado, solicitação deferida e inscrição realizada.

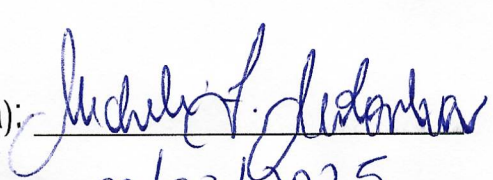
Favorecido: Micheli Fabiane Molonha – CONTADORA DA CÂMARA MUNICIPAL

Nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 2178/2021, de 1º de abril de 2021, deferimos o pedido de diárias pleiteadas e autorizamos a liberação das mesmas, com a emissão de empenho prévio da despesa em dotação orçamentária própria, e a consequente ordem de pagamento do valor correspondente.

Que a servidora favorecida seja cientificada do deferimento e liberação do valor correspondente às diárias solicitadas, assim como, da apresentação à Mesa Executiva, quando do retorno a sede do Município, de relatório sobre a atividade desenvolvida, observadas as regras previstas na norma já mencionada, quanto à apresentação de documentos comprobatórios e quanto ao uso indevido de diárias.


Marcio Aquaroni Navachi
PRESIDENTE

Ciente (Micheli Fabiane Molonha – Contadora):


Data: 20/03/2025